ISSN: 2358-8829
ISSN: 2358-8829

DIÁRIO DE MONITORIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA

Tatiana Maria da Silva Vasques, [1]
Lucas Mendes Muniz [2]
Juliana Ferreira Gouvea [3]
Rosana Petinatti da Cruz [4]
Maria Lucia Teixeira Guerra de Mendonça [5]

INTRODUÇÃO

A constituição brasileira em seu artigo 205 (Brasil, 1988) determina que a educação é um direito de todos, inclusive para pessoas com necessidades específicas, ou seja, indivíduos que necessitam do Atendimento Educacional Especializado - AEE (Brasil, Art. 208, inciso II), materializada na modalidade da Educação Especial (Brasil, 1996), com sua premissa inclusiva, entretanto, a realidade ainda impõe barreiras de acesso e permanência a serem transpostas. Sendo uma situação recente na Educação Profissional Tecnológica, a entrada dos estudantes com deficiência na escola regular é garantida, mas a sua permanência requer mais esforço coletivo em enfrentar os dilemas da educação para o mundo do trabalho.

Araújo e Costa (2016) abordam que a imposição de uma lei:

> Inegável o esforço do Poder Executivo na elaboração do Projeto de Lei que deu ensejo à comentada Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Havia diversos projetos que se arrastavam há anos no Congresso Nacional [...] A lei, sozinha, não resolve qualquer problema, como será visto adiante. Mas como entender sua efetividade? (ARAÚJO E COSTA, p. 12-13, 2016).

A importância da existência da lei é de extrema valia, mas não é somente a lei que vai fazer de fato a inclusão:

[1] Graduando do Curso de Biologia da Universidade de Brasília UNB - DF, vasquestatiana9@gmail.com;
[2] Graduando pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro- RJ, lucasmuniz.riufrj@gmail.com;
[3] Mestre em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ -RJ, juliana.gouvea@ifrj.edu.br
[4] Doutora em Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC - RJ, rosanapetinatti@gmail.com;
[5] Doutora em Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC - RJ, maria.mendonca@ifrj.edu.br
[5]

ISSN: 2358-8829

> Não foi apenas na questão da capacidade, mas desdobrou pontos importantes e fundamentais como o direito à acessibilidade, educação, dentre outros. No tema da educação, assegurou o ensino inclusivo de forma evidente, conforme determina a Convenção. (ARAÚJO E COSTA, p. 28-29, 2016).

A partir desse cenário, legislações posteriores ao Estatuto da Pessoa com deficiência, Lei nº 13.146/2015, como o recente Decreto nº 12.686/ 2025 e as alterações no Decreto nº 12.773/2025, e seguintes portarias no ano de 2026, traçaram possibilidades e ajudaram a fundamentar as práticas pedagógicas. A inclusão se mostra, portanto, multifacetada, não se restringindo somente à entrada do aluno em uma instituição de ensino, mas implica ações que promovam condições de permanência e efetivo aprendizado a partir da acessibilidade. Tal aspecto, de modo geral, mostra-se um desafio constante uma vez que a preparação para o mundo do trabalho norteia essa formação.

O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência de inclusão de um aluno público da Educação Especial Inclusiva, atendido no AEE por meio de ações de inclusão e acessibilidade, a partir da Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - CONAPNE. O relato evidencia os processos de sucesso e frustrações, evidenciando como diz Damasceno, 2020 “[...] está claro que a maneira como a ciência é produzida na contemporaneidade reflete a própria organização do mundo que vivemos”. Desse modo, produziu-se uma escrita autoral, mas de caráter coletivo.

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado com um aluno do Ensino Médio Técnico do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Rio de Janeiro, com um estudante autista, nível 2 de suporte, deficiência intelectual leve e transtorno de linguagem, o qual cursa o segundo período do Curso Técnico de Biotecnologia.

A metodologia é qualitativa com questionamentos por meio de observações descritas pormenorizadamente e realizada de maneira minuciosa, o procedimento foi baseado nos trabalhos de Machado e Almeida (2010) e também de Ferreira, Côrrea e Garibaldi (2017) que dividem esses manuscritos em diários, sendo estes, em duas partes: diário de campo, com escritas sobre a aula, ou seja, o que o professor fez, disse e

ISSN: 2358-8829

o conteúdo e também em relação ao aluno, o que ele fez ou não fez e o diário reflexivo, com anotações sobre sentimentos do aluno e também da monitora em relação ao que está acontecendo no momento, vale destacar que esta monitora acompanhava o aluno em todas as aulas, teóricas e de laboratório. Além disso, foram realizadas entrevistas com os professores regentes de cada disciplina para saber qual a sua dificuldade ou não, o que poderia ser proposto de conteúdo e de ferramentas pedagógicas e, também conversas com seus colegas de turma do aluno, para se ter uma compreensão maior da pessoa em questão. Este aluno também recebeu auxílio de professores colaboradores pertencentes a Coordenação do Núcleo de Atendimento de Pessoas com necessidades Específicas CONAPNE[6] de algumas disciplinas: Física, Matemática e Química, no horário de contraturno para o discente. A professora de atendimento educacional especializado (AEE) elaborou um plano e um relatório para ser preenchido e consultado por todos (monitora, professor regente e professor colaborador) para se ter o conhecimento da situação emocional e pedagógica do aluno. Ferreira, Côrrea e Garibaldi (2017) afirmam: "o AEE buscará auxiliá-lo na realização de atividades com maior independência e participação nessas diversas atividades, para que possa cada vez mais ampliar sua autonomia" (2017, p.3134). Esse relatório traz de uma maneira objetiva e eficiente a construção do planejamento para esse discente, acarretando reflexões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cabe ressaltar que este aluno no semestre anterior (2025-1) não teve nenhum atendimento, na intenção de se observar até onde este discente poderia caminhar sozinho, mas infelizmente ele foi reprovado em várias disciplinas. O fato causou forte desregulação emocional para o estudante e problemas para sua família. No semestre seguinte (2025-2), este aluno recusou-se a frequentar as aulas na sua nova turma, querendo permanecer na turma de ingresso, na qual havia feito vínculos afetivos, e foi difícil para ele aceitar que tinha sido reprovado. Porém, sua turma era outra e com

[6] A Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CONAPNE) é o setor de assessoramento propositivo e consultivo que atua como mediador na Educação Especial Inclusiva e a Educação Bilíngue (Libras e Língua Portuguesa escrita) dentro do IFRJ (Política de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Anexo à Resolução ConSup/IFRJ nº 125, de 05 de junho de 2023 . Disponível em https://portal.ifrj.edu.br/realengo/conapne-coordenacao-nucleo-atendimento-pessoas-necessidades-especificas. Acesso em 28 out 2026.

ISSN: 2358-8829

novos colegas. Após o estudo de caso, a partir do planejamento para acessibilidade educacional do estudante, a monitora iniciou o contato com todos os professores das disciplinas, pessoalmente, mostrando-se à disposição para mediar o trabalho entre os docentes e o discente. Suas anotações no diário reflexivo demonstraram que havia professores que se mostravam receptivos, mas alguns não apresentavam essa disposição de troca. Ela notou, porém, que todos encontravam-se "perdidos", uma vez que o caso é novo na Educação Profissional Tecnológica, mas era também unânime a vontade de evitar o fracasso escolar, que foi a reprovação do aluno no semestre anterior. Com o tempo, os professores passaram a ir mais no CONAPNE, buscaram informações sobre o discente na tentativa de entender melhor a situação, e com o trabalho em colaboração entre monitora, professora do AEE e professor colaborador, pode-se chegar mais perto do aluno e traçar estratégias para o seu aprendizado. Nesse diário reflexivo, cabe destacar que a própria monitora não tinha carteira para sentar-se em sala de aula para acompanhar o aluno, o que gerou reflexões pessoais do tipo "Como esse professor consegue dar aula para tantos alunos?", "Como ele vai conseguir dar atenção ao discente com TEA?", "Como ele vai conseguir traçar estratégias pedagógicas diferenciadas para este aluno?", "Como ele vai conseguir dar atenção a este aluno, se a turma tem quase quarenta alunos?" Essas indagações passaram a compor a formação da monitora, discente do curso de Ciências Biológicas. Perguntas que ficaram sendo "remoídas", mostrando que o professor também necessita ser orientado, que as condições de trabalho são precárias, e que o processo de inclusão em sua complexidade se transforma em mais uma demanda que exaure os docentes. Alguns trabalhos na literatura têm abordado a necessidade do aprimoramento dos docentes para o desenvolvimento de trabalhos que vão efetivamente proporcionar a inclusão no ensino regular (GLAT; NOGUEIRA, 2003; FERREIRA; GLAT; FERREIRA; OLIVEIRA; SENNA, 2003). Nesse sentido, a Rede Profissional Tecnológica requer orientações específicas à sua realidade. No início dos atendimentos, o estudante não queria a presença da monitora junto a ele, porque isso demostrava, na concepção dele, a necessidade de auxílio e a caracterização de sua deficiência, o que para um adolescente é natural. Ele não queria ser tratado de maneira diferente, desejava tratamento igual ao dos outros alunos, embora esse afastamento pudesse reforçar ainda mais as desigualdades. A partir desse retorno, o plano de acessibilidade foi reorganizado, a fim de respeitar o estudante. Com o respeito ao tempo do estudante e a atenção da monitora,

ISSN: 2358-8829

o discente começou a aceitar a presença dela ao seu lado. Acrescenta-se o trabalho colaborativo em que a acessibilidade dada ao conteúdo, especificamente a partir da observação de suas demandas, a flexibilização das atividades determinadas pelos professores, e orientações sobre o que ele tinha que fazer, a proximidade com a família, o desempenho acadêmico do aluno melhorou. Como consequência, deu-se o acesso ao conhecimento da maneira que o estudante aprende e com respeito aos seus limites. Suas notas melhoraram, e isso acarretou em motivação para os estudos e a presença da monitora passou a ser importante para ele, porque conseguiu perceber o seu crescimento acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi uma experiência de inclusão e permanência de um aluno autista em todos os espaços da instituição: sala de aula, pátio, laboratório e sala do CONAPNE, por meio da colaboração de todos os envolvidos no processo de aprendizagem e principalmente, ao meio que o rodeia. O papel da monitora foi fundamental para a construção das estratégias que foram utilizadas com este discente, porque ela era a pessoa mais próxima a ele e se utilizou da sua intuição, sensibilidade, perspicácia e muita paciência. Ressalta-se, ainda, a rede de apoio que se formou em torno do objetivo comum: a aprendizagem efetiva. Pode-se perceber que a ausência de estratégias e de um plano de acessibilidade flexível e constantemente em mudança a partir das observações da monitoria de inclusão, gerou fracasso e acentuou as diferenças. O processo de inclusão, quando bem delineado, beneficia a todos e diminui frustrações e retrabalho dos docentes, do professor de AEE, dos monitores de inclusão e da instituição.

Palavras-chave: Inclusão, Monitoria, Transtorno do Espectro Autista (TEA)

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz Alberto David; COSTA FILHO, Waldir Macieira da. A Lei 13.146/2015 (o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e sua efetividade. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 7, n. 13, p. 12-30, 2016. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/298. Acesso em: 5 jan. 2026.

ISSN: 2358-8829

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BUENO, José Geraldo Silveira. O atendimento educacional especializado (AEE) como programa nuclear das políticas de educação especial para a inclusão escolar. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22433. Acesso em: 5 jan. 2026.

DAMASCENO, Allan Rocha. **Educação inclusiva e a organização da escola: perspectivas e desafios políticos do projeto pedagógico**. 2. ed. Curitiba: CRV, 2020.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994. Disponível em: https://bibliotecadigital.mj.gov.br/handle/1/13104. Acesso em: 28 out. 2026.

FERREIRA, L. R. C.; CORRÊA, P. M.; GARIBALDI, R. K. M. A educação especial e a educação infantil: interfaces do trabalho na perspectiva da inclusão escolar. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 84-96, 2017. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/31613. Acesso em: 12 jan. 2026.

GLAT, Rosana; FERREIRA, Júlio Romero; OLIVEIRA, Eloisa da Silva; SENNA, Luís Antônio Gomes. **Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil**. [S. l.]: Banco Mundial, 2003. Relatório de consultoria técnica. Disponível em: https://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Comunicações**, Piracicaba, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003. DOI: https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v10n1p134-142.

GRACINO, Marina Carvalho da Silva; BERTO, Danila Faria. A construção do instrumento avaliativo portfólio para acompanhamento do processo de desenvolvimento escolar dos alunos inclusos. In: FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavier; BRITO, Maria Claudia; JANES, Robson (org.). **A construção da educação inclusiva: enfoque multidisciplinar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 103-118. DOI: https://doi.org/10.3611/2012978-85-7983-311-3.p.103-118.

MACHADO, Andréa Carla; ALMEIDA, Maria Amélia. Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 84, p. 344-351, 2010. Disponível em: https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/678.